

A SUSTENTABILIDADE E SEU PAPEL NA COMPETITIVIDADE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE NO PROGRAMA ALI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Romeu e Silva Neto (Instituto Federal Fluminense)



O Programa Agentes Locais de Inovação (ALI), idealizado e desenvolvido pelo SEBRAE, é uma estratégia de acompanhamento e estímulo à inovação e ao aumento da produtividade e caracteriza-se, essencialmente, por visitas de um Agente Local de Inovação aos empreendimentos de micro e pequeno porte. Este artigo tem como objetivo analisar, sob a ótica de orientador, a percepção dos ALI em sua atuação com as empresas de micro e pequeno portes, participantes do Programa no interior do Estado do Rio de Janeiro no período 2022/2024, sobre a importância da dimensão 'ESG – Ambiental, Social e Governança' para a competitividade. De modo complementar o artigo busca, de forma sintética e exploratória, analisar algumas das questões centrais na evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, procurando apontar alguns dos principais percursos ao longo das últimas décadas, a fim de se entender a apropriação desses conceitos nas práticas das organizações, em especial, das empresas de micro e pequeno porte. Como recorte temático, este artigo prioriza a temática da sustentabilidade nas micro e pequenas empresas. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo com um delineamento de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados por meio dos registros dos trabalhos desenvolvidos pelos ALI no Sistema de Gestão do Programa e por meio de entrevistas. Os resultados apontam para a necessidade de que os órgãos de apoio a essas empresas e os governos devem reforçar as ações sobre a conscientização sobre a importância das práticas de sustentabilidade, esclarecendo e aprimorando o conhecimento sobre as práticas que podem ser incorporadas à gestão das organizações e sobre os impactos na competitividade. Essas iniciativas podem fazer muita diferença para o alcance de uma sociedade mais sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Sustentabilidade, Micro e Pequenas Empresas, Rio de Janeiro, Agentes Locais de Inovação.

1. Introdução

O Brasil Mais é uma iniciativa do Governo Federal para aumentar a produtividade das micro, pequenas e médias empresas brasileiras com a melhoria das práticas gerenciais e produtivas e a transformação digital. É um programa de implementação rápida e de baixo custo que oferece apoio técnico e capacitação para ajudar empresas a melhorar a gestão, inovar em processos, reduzir desperdícios e aumentar as vendas. (BRASIL, 2024)

O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia e realizado em parceria com Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (BRASIL, 2024)

A partir de 2010, o SEBRAE, no âmbito do Programa Brasil Mais, investiu em uma ampla política de extensão tecnológica com as micro e pequenas empresas, com os objetivos acima especificados, por meio de uma orientação proativa, gratuita e personalizada: o Programa Agentes Locais de Inovação (ALI). O Programa ALI é uma estratégia de acompanhamento e estímulo à inovação e caracteriza-se, essencialmente, por visitas de um Agente Local de Inovação ao empreendimento. O ALI atua como bolsista extensionista, é selecionado e capacitado pelo Sebrae para propor ações visando incrementar a competitividade e inovação nos pequenos negócios (SEBRAE, 2015).

A atuação dos ALI nas empresas pode ser feita em 6 dimensões: Controles Gerenciais, Gestão de Operações, Gestão de Marketing, Práticas de Inovação, Transformação Digital e ESG – Ambiental, Social e Governança.

O autor deste artigo atua como orientador de 7 ALI localizados em cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) no período de setembro/2022 a julho/2024.

A partir desta interação, este artigo tem por finalidade analisar, sob a ótica de orientador, a percepção dos ALI em sua atuação com as empresas de micro e pequeno portes, participantes do Programa no interior do Estado do Rio de Janeiro no período 2022/2024, sobre a importância da dimensão ‘ESG – Ambiental, Social e Governança’ para a competitividade. Nesse sentido, como recorte temático, este artigo prioriza a temática da sustentabilidade nas micro e pequenas empresas.

De modo complementar, o artigo busca, de forma sintética e exploratória, analisar algumas das questões centrais na evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, procurando apontar alguns dos principais percursos ao longo das últimas décadas, a fim de se

entender a apropriação desses conceitos nas práticas das organizações, em especial, das empresas de micro e pequeno porte.

2. A evolução dos conceitos de Desenvolvimento e Sustentabilidade

2.1. A evolução do conceito de Desenvolvimento

Segundo Ferreira e Raposo (2017), após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento se afirma definitivamente na arena política internacional, com o Plano Marshall e, simbolicamente, com o célebre Ponto 4 do discurso de Truman em 1949, quando o então presidente falou, pela primeira vez, em ‘subdesenvolvimento’. Segundo os referidos autores, a *primeira geração* da evolução do conceito de desenvolvimento (1945-1970, no pós Guerra), a leitura prevalecente é a de que o desenvolvimento se dá somente através do impulso do crescimento econômico, tornando-se frequentemente seu sinônimo. Por sua vez, o crescimento econômico se dá por via da industrialização (no tradicional modelo fordista de produção) que requer, em primeiro lugar, acumulação de capital, especialmente em contextos de excesso de oferta em mão-de-obra.

Segundo Veiga (2010), até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.

No entanto, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados (incluindo o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos.

A partir dessas evidências, diversas críticas foram surgindo ao modelo. Segundo Ferreira e Raposo (2017), uma das principais e precursoras críticas a esse modelo de conceito de desenvolvimento foi a escola da teoria da dependência, que surgiu na segunda metade da década de 1960 na América Latina, e que se estendeu, entretanto, a várias outras regiões do hemisfério Sul. Essa escola fazia uma leitura crítica dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, em contraposição às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

Contudo, ergueram-se várias críticas às falhas de Estado, reportadas na sequência dos

programas e planos intervencionistas, especialmente em relação às distorções de preços por eles provocadas, que dão início à *segunda geração* de políticas de desenvolvimento. Dá-se, então, o ressurgimento da economia neoclássica, num contexto político, social e económico marcado pelo fim do sistema de Breton Woods (que elaborou as regras para o sistema monetário internacional), pelos choques petrolíferos de 1973 e 1979 e pela transição do sistema de produção fordista para o pós-fordismo (FERREIRA e RAPOSO, 2017). Esta segunda geração de políticas, de afirmação da microeconomia e da “mão invisível” do mercado, é orientada agora para a industrialização induzida por exportações. Este paradigma, segundo os autores, torna-se dominante nas abordagens ao desenvolvimento até a atualidade, embora apresentando (mais recentemente) algumas variantes e um maior hibridismo. (FERREIRA e RAPOSO, 2017)

O conceito de desenvolvimento foi se ampliando, primeiramente com os contributos dos modelos de crescimento endógeno, que atribuíam à questão do conhecimento (i.e. capital humano) um valor explicativo no modelo de crescimento económico. Assim, confirma-se uma *terceira geração* de políticas, impulsionada por preocupações com as estruturas institucionais que se supunha terem um impacto mais direto na performance económica, conforme preconizado pela Nova Economia Institucional. A incorporação de elementos institucionais no paradigma dominante abrangeu ainda os contributos de Putnam (1993 apud FERREIRA e RAPOSO, 2017) e da sua análise sobre a importância do capital social para os processos de desenvolvimento.

2.2. A evolução do conceito de Sustentabilidade

Paralelamente à evolução das discussões sobre o conceito de desenvolvimento, deve-se acrescentar um conjunto de acontecimentos que reforçaram a ideia de que o debate sobre o desenvolvimento somente na dimensão económica não era suficiente.

Já em 1948, no Pós 2ª Guerra Mundial, foi elaborada em Paris a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” por representantes de diversos países, de diferentes culturas e ideologias. Na década seguinte, em 1956, aconteceu o acidente de Minamata no Japão, que sofreu uma intensa contaminação por mercúrio, proveniente de um descarte industrial em sua baía, realizado por uma empresa instalada na região na década de 1930. Centenas de pessoas adoeceram, algumas fatalmente, ao consumirem peixes contaminados.

Na década de 1960, a bióloga e escritora Rachel Louise Carson lançou, em 1962, Primavera Silenciosa, livro que iniciou uma verdadeira revolução ecológica ao chamar a atenção para os efeitos de agrotóxicos na natureza. Na década de 1970, no início de 1972, o Relatório ‘Limites

do Crescimento' teve uma grande repercussão na primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, realizada no mesmo ano em Estocolmo, Suécia. A discussão girou em torno da necessidade da imposição de limites na exploração dos recursos naturais, à medida que a população mundial e a indústria cresciam em ritmo cada vez mais acelerado.

Na década de 1980, a ex-Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland foi convidada, em 1983, para presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, composta por especialistas de diversas áreas, com o objetivo de aprofundar propostas mundiais voltadas à área ambiental. Ainda na década de 1980, os grandes acidentes ambientais seguem acontecendo e chamando a atenção da sociedade para as questões ambientais.

Em 1984, uma fábrica da empresa americana Union Carbide, localizada nas proximidades de Bhopal, na Índia, teve um sério vazamento de gases, que criou uma nuvem tóxica responsável por matar 3.500 pessoas. Outras fontes apontam que o número de casos fatais chegou a 25 mil, nos anos seguintes.

Em 1986, registrou-se a explosão de reatores da usina nuclear de Chernobyl, espalhando radiação pelos arredores da usina, matando pelo menos 15 mil pessoas. A cidade de Pripyat foi totalmente evacuada e hoje é um local abandonado ainda sob efeito radioativo. Esse acidente é emblemático, pois uma nuvem radioativa avançou sobre a Europa, deixando claro os impactos transfronteiriços dos problemas ambientais.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983, publicou o relatório 'Nosso Futuro Comum', um dos primeiros documentos a trazer ao público o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1989, o superpetroleiro Exxon Valdez bateu contra um bloco de gelo, derramando 36 mil toneladas de petróleo bruto nas águas do Alasca, contaminando peixes, aves e praias num raio de até 750 quilômetros do local do acidente.

Esse conjunto de acontecimentos deixou claro que a ótica redutora que analisa o desenvolvimento como um processo unidimensional (estritamente econômico) merecia, de fato, forte crítica.

Se, por um lado, avançou o debate na dimensão ambiental na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de outro avançou também o debate entre diversas organizações internacionais (ONU e OIT, principalmente) e acadêmicos, começando a desenhar-se propostas de um desenvolvimento orientado para as pessoas. Esse debate postula o desenvolvimento enquanto processo multidimensional, cujo objetivo seria a satisfação das "necessidades" do homem, ou ainda, noutra formulação, a expansão das liberdades e direitos para realização do

seu potencial. Esta última proposta tem sido a seguida pela ONU nos seus Relatórios de Desenvolvimento Humano, desde o princípio da década de 1990. Estas perspectivas contribuíram para o que se veio a designar por desenvolvimento humano e desenvolvimento social.

Assim, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ampliando o debate sobre o processo de desenvolvimento do estritamente econômico (PIB agregado ou *per capita*, fator de produtividade total etc.), para também a dimensão social, incluindo temas como educação e saúde (longevidade).

A centralidade da pessoa humana em discursos, documentos e pesquisas sobre o desenvolvimento tornou-se parâmetro na década de 1990. O termo Desenvolvimento Humano, cunhado neste período pelo economista Mahbub ul Haq, ‘diretor de planejamento de políticas do Banco Mundial’, difundiu-se pelo mundo todo quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) em 1990, que contou com a colaboração do economista ganhador do Prêmio Nobel Amartya Sen. A aferição do IDH representou um salto qualitativo quando comparado exclusivamente à aferição do PIB ou PIB *per capita*, dada a ampliação de fatores contidas no IDH para além do vetor econômico. (SEIFFERT, 2011)

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92 ou Rio-92) aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Nela, pela primeira vez, a comunidade política internacional admitiu a necessidade de pensar o desenvolvimento econômico também do ponto de vista ambiental e social. Entre seus objetivos estão a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo dos recursos naturais.

Em 1994, o sociólogo britânico John Elkington cunhou o conceito do Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade), defendendo que o desenvolvimento deve ser entendido para além das dimensões econômica e social, mas também a ambiental. (SEBRAE, 2024)

Também na primeira metade dos anos 1990, Ignacy Sachs lança os Pressupostos da Sustentabilidade, ancorados em 5 Pilares: Social, Econômico, Ecológico, Cultural e Geográfico, ampliando as dimensões de análise do desenvolvimento.

A partir do exposto, observa-se que foram grandes as contribuições de Mahbub ul Haq e de Amartya Sem com o IDH, de John Elkington com o Tripé da Sustentabilidade e de Sachs com os Pilares da Sustentabilidade em direção a um conceito multidimensional para o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Entretanto, a evolução do conceito continua.

No ano de 2000, na sede da ONU, líderes mundiais se reuniram para adotar a Declaração do Milênio. Nela as nações se comprometeram a alcançar, em 15 anos, oito metas conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM constituem-se num importante marco na consolidação do debate sobre o desenvolvimento nas dimensões econômica, social e ambiental, pois incorpora aspectos até então ainda não considerados.

Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável aconteceu em Johannesburgo, na África do Sul, e ficou conhecida como Rio+10. Continuaram os debates a respeito dos avanços alcançados por alguns acordos criados na Rio 92. Em 2012, a reunião voltou para o Rio de Janeiro (Rio+20) e novamente propôs a renovação do compromisso das nações com o desenvolvimento sustentável.

Em 2015, passados os 15 anos dados pela ONU para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), novas metas foram traçadas para que todos países os implementem até o ano de 2030. Dessa vez, foram 17 objetivos traçados na nova agenda de desenvolvimento sustentável. São os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). (ODS BRASIL, 2024)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contam com 169 metas e têm um escopo mais amplo do que os ODM. Os ODS são universais e se aplicam a todos os países, enquanto os ODM se destinavam a ações apenas em países em desenvolvimento. Os ODS abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. A Dimensão Institucional entra como complementar.

3. A relação entre as transformações econômicas no pós 2ª Guerra Mundial e a revalorização das micro e pequenas empresas

Segundo Silva Neto (2002), ao final da 2ª Guerra Mundial, a necessidade de os mercados absorverem a mão-de-obra até então envolvida no esforço da guerra representou um dos fatores que marcaram o início do desenvolvimento das pequenas empresas no mundo. O autoemprego (empreendedorismo) e os pequenos negócios apareceram como áreas naturais para o estímulo governamental, uma vez que as grandes empresas cresciam ainda mais, formando-se os monopólios, ao mesmo tempo que cresciam os oligopólios.

Ainda segundo o referido autor, com o fim do paradigma fordista, até então dominante, novas exigências de mercado surgiram e o modelo de produção, consumo e organização do trabalho começou a ser substituído. A flexibilidade passou a ser exigida pelos clientes por meio de variedade, personalização ou inovação de produtos, ou por meio de prazos menores, ritmo de

produção etc. Cada cliente passou a poder exigir uma habilidade, ou todas simultaneamente, de uma determinada indústria. Assim, essa característica passou a se apresentar como fundamental para qualquer empresa que desejasse obter algum tipo de vantagem competitiva no mercado. Ágeis e flexíveis em suas estruturas, as pequenas se mostraram capazes de adaptarem-se rapidamente às transformações que o momento exigia e de gerar empregos, desta vez, amparadas pelo desenvolvimento da tecnologia.

A partir do início até o final dos anos 70, a atenção saiu das grandes para as pequenas empresas. Grandes empresas passando por dificuldades econômicas e corte de empregos espalharam-se por quase todos os países; do outro lado, o setor das pequenas empresas, ou parte dele, parecia atravessar relativamente bem o período de turbulência econômica que se iniciou no início dos anos 70. (SENGENBERGER *et al.*, 1990)

Outro fator que chamou o foco para as pequenas empresas foi a observação do estudo de Sengenberger *et al.* (1990) de que, a partir da década de 80, havia ocorrido um aumento substancial do número de empregados na pequena empresa com relação ao total da força de trabalho.

Para Ramos (1995), no entanto, o fato de maior importância para o *boom* definitivo das pequenas empresas ocorreu em 1990 com o fim da Guerra Fria e da divisão do mundo entre Leste e Oeste e com o surgimento da globalização.

Dessas considerações, observa-se, então, que, a partir do início da década de 70, um crescente número de políticos e organizações passaram a acreditar que uma nova dinâmica de crescimento das pequenas empresas podia levar ao desenvolvimento econômico e à solução para o problema do desemprego. Esses, então, passaram a recomendar um efetivo incentivo e suporte financeiro para o setor das pequenas empresas.

A partir dos anos 2000, as Micro e Pequenas empresas continuam evidenciando sua importância econômica a partir da geração de empregos, conforme se pode observar nos Gráficos 1 e 2 a seguir.

Para a categorização das empresas por porte, utilizou-se a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do SEBRAE (2024), que categorizam o tamanho das empresas de acordo com o número de colaboradores conforme a lista abaixo.

Quadro 1: Categorização das Empresas por Porte

Empresas da indústria:	Empresas de comércio e serviços:
Microempresa: até 19 colaboradores	Microempresa: até 9 colaboradores
Pequena empresa: de 20 a 99 colaboradores	Pequena empresa: de 10 a 49 colaboradores
Média empresa: de 100 a 499 colaboradores	Média empresa: de 50 a 99 colaboradores
Grande empresa: acima de 500 colaboradores	Grande empresa: mais de 100 colaboradores

Fonte: SEBRAE (2024)

Na Indústria de Transformação, conforme se pode observar no Gráfico 1, as Micro e Pequenas

empresas geram a maior parte dos empregos formais ao longo do período analisado (2002 a 2022), chegando a 43% dos empregos do setor em 2022. Nos setores de Comércio e Serviços (Gráfico 2), tomados conjuntamente, as Micro e Pequenas empresas também geram a maior parte dos empregos formais ao longo do período analisado, mas chegam a 51% dos empregos dos setores em 2022.

Assim, passou a ser inquestionável a importância econômica das pequenas empresas. Atualmente no Brasil, as micro e pequenas empresas, juntas, em todos os setores, representam 99% dos negócios brasileiros, respondem por 30% de tudo que é produzido no país e são responsáveis por 55% dos empregos gerados no Brasil. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2024)

Contudo, conforme se observou nos itens anteriores, a preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influência nos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000 para a competitividade das empresas. Assim, as micro e pequenas empresas, a exemplo das grandes e médias empresas, também passam a estar sujeitas às pressões por práticas sustentáveis, refletidas em suas práticas organizacionais.

As razões para a adoção de práticas de sustentabilidade são diversas, com destaque para: i. aumento da competitividade das exportações; ii. atendimento ao consumidor com preocupações ambientais; iii. atendimento à reivindicação da comunidade; iv. atendimento à pressão de organizações não governamentais ambientalistas; v. atendimento à legislação ambiental; dentre outros.

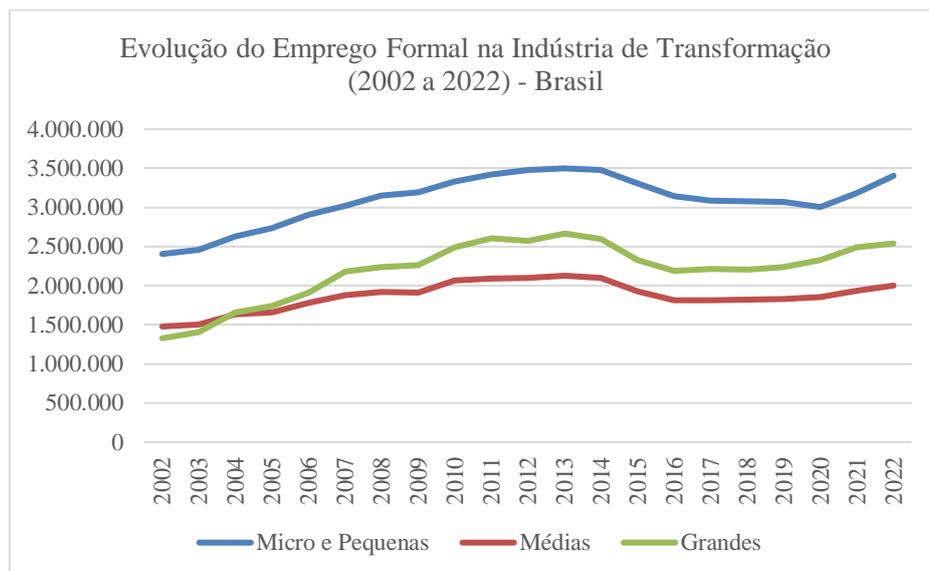


Gráfico 1: Evolução do Emprego Formal na Indústria de Transformação no Brasil (2002 a 2022)
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da RAIS (2022)

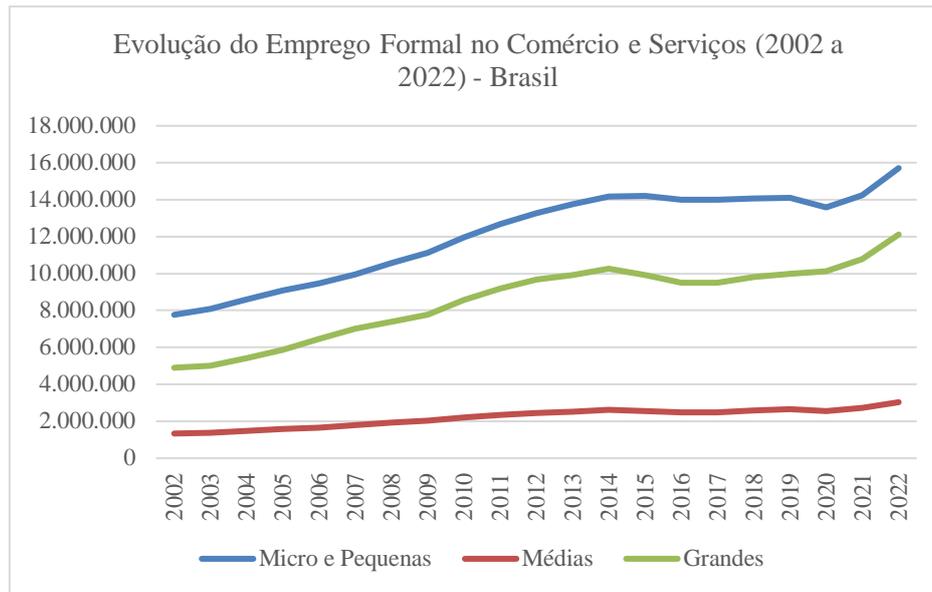


Gráfico 2: Evolução do Emprego Formal no Comércio e Serviços no Brasil (2002 a 2022)
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da RAIS (2024)

4. Metodologia da Pesquisa

Este artigo, a partir dessas considerações, tem como objetivo analisar, sob a ótica de orientador, a percepção dos ALI em sua atuação com as empresas de micro e pequeno portes, participantes do Programa no interior do Estado do Rio de Janeiro no período 2022/2024, sobre a importância da dimensão ‘ESG – Ambiental, Social e Governança’ para a competitividade. O intuito das análises desenvolvidas neste artigo é permitir que sejam colocadas sugestões para que essas empresas possam perceber a importância das práticas de sustentabilidade para a competitividade e que possam utilizar, em seus planos, essas práticas.

Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo com um delineamento de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados no Sistema de Gestão do Programa ALI por meio dos registros dos trabalhos desenvolvidos pelos ALI e por meio de entrevistas com eles.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas de nível exploratório, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses para estudos futuros, têm como finalidade modificar, desenvolver e esclarecer conceitos e ideias. A pesquisa bibliográfica tem como recorte temático a evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade e a crescente importância das práticas de ‘sustentabilidade’ por micro e pequenas empresas.

Esta Dimensão (ESG), conforme ficou evidente a partir da revisão da literatura, aumentou significativamente sua importância para a competitividade das organizações. No entanto, no atendimento dos ALI às micro e pequenas empresas, destacou-se como a menos importante

demanda das empresas atendidas.

Como recorte territorial, o artigo busca analisar os municípios do interior do estado do Rio de Janeiro, onde estão alocados os ALI sob a orientação do autor deste artigo, no período setembro/2022 a julho/2024.

5. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

No levantamento realizado com os ALI das regiões do interior do estado do Rio de Janeiro e no Sistema de Gestão do Programa, primeiramente, buscou-se avaliar, a relação entre sustentabilidade (Dimensão ESG) e competitividade, refletida na busca pelo aumento de produtividade do Programa Brasil Mais – Agentes Locais de Inovação.

A sustentabilidade, conforme ficou evidente a partir da revisão da literatura, aumentou significativamente sua importância para a competitividade das organizações. No entanto, no atendimento dos ALI às micro e pequenas empresas, destacou-se como a menos importante demanda das empresas atendidas, com nenhuma demanda por suporte das 528 empresas (ver Quadro 2) dos 4 ciclos do Programa. Não se identificou nenhum ‘problema’ na Etapa 2 da metodologia na temática ESG, a ser objeto de intervenção em busca de solução ou melhoria.

O universo da pesquisa são as empresas participantes do Programa ALI nos Ciclos 1, 2, 3 e 4 em 2022-2024. Nesses quatro ciclos, os ALI tiveram contato com 528 empresas, conforme quantitativo apresentado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1: No. de Empresas que os ALI tiveram contato nos Ciclos 1, 2, 3 e 4

	Norte		Região dos Lagos	Noroeste	Centro Sul	Médio Paraíba	Serrana
	ALI 1	ALI 2	ALI 3	ALI 4	ALI 5	ALI 6	ALI 7
Ciclo 1	9	10	3	8	10	18	0
Ciclo 2	25	24	27	21	35	25	0
Ciclo 3	25	25	25	23	26	25	0
Ciclo 4	25	24	24	21	25	25	20
Total	84	83	79	73	96	93	20
						Total	528

Fonte: Elaborado pelo autor

Esse resultado aponta para o fato de que a percepção dos micro e pequenos empresários sobre as práticas de sustentabilidade (Dimensão ESG) não é prioritária para a competitividade, para o aumento da produtividade e para a sobrevivência das empresas do que as demais dimensões: Controles Gerenciais, Gestão de Operações, Gestão de Marketing, Práticas de Inovação e Transformação Digital.

Segundo Vogel e Wood Jr (2012, p.124), “práticas gerenciais são atividades e procedimentos

adotados para administrar a empresa e coordenar seus recursos, com o intuito de atingir os objetivos da organização (e.g. melhorar seu desempenho, aumentar a lucratividade e gerar eficiência)".

Na entrevista realizada em forma de *brainstorming* com os ALI, a percepção de que as práticas de sustentabilidade não são prioritárias para as empresas participantes do Programa ALI no interior do Estado do Rio de Janeiro, ficou ainda mais evidente. Segundo o ALI 6, da Região do Médio Paraíba:

"eu acredito que as micro e pequenas empresas priorizam pouco essa área (ESG) por que têm, em geral, problemas muito basilares nas empresas como dificuldade em implantar e manter atualizados os controles financeiros, falta de processos relacionados à atividade-fim da empresa (quem dirá demais processos existentes no negócio), dificuldade em gerir pessoas e problemas de liderança etc.

O micro e pequeno empresário parece estar sempre apagando incêndios, e ações de ESG exigem planejamento, um olhar mais maduro sobre o que é um empreendimento, o contexto atual do mercado, e tendências futuras. Acredito que a maior parte das empresas que acompanhei não tinha a maturidade necessária"

O ALI 4, da Região Noroeste, acrescentou:

"Exatamente o que o ALI 6 pontuou! As empresas que eu atendi tinham problemas básicos de gestão empresarial e consideram os problemas voltados ao ESG algo mais avançado. Entre marketing, captação de clientes, financeiro, gestão de pessoas, gestão de estoque, compras... o ESG está em último como prioridade."

O ALI 5, da Região Centro Sul, afirmou:

"Concordo com essa explicação do ALI 6... é exatamente o que percebo nas empresas que atendi, a maioria está apagando incêndio o tempo todo, muitas não têm nem o controle financeiro básico e as que estão mais avançadas geralmente querem melhorar os processos, captar mais clientes, desenvolver a equipe etc.

E ainda tem a questão cultural envolvida, pois já vi empresas que implementarem ações de sustentabilidade, mas afirmaram que os clientes não se adaptaram ou não gostaram."

O ALI 6 completou:

"Pois é... É tipo a pirâmide de Maslow: ESG tá no topo, 'autorrealização', mas a gente trabalha com eles praticamente o que está na base, as necessidades 'fisiológicas' das empresas."

Bloom e Van Reenen (2007 apud VOGEL e WOOD JR, 2012) pesquisaram as práticas gerenciais de empresas e explicaram por que nem todas as empresas adotam boas práticas, ainda que elas melhorem a produtividade. Um dos motivos é a relação custo x benefício, uma vez que as melhorias na gestão implicam em investimentos substantivos que, às vezes, podem superar os benefícios proporcionados.

Em relação às práticas gerenciais adotadas por empresas de pequeno porte, ainda segundo Vogel e Wood Jr (2012), os temas mais recorrentes são: gestão de recursos humanos, planejamento estratégico e financeiro, gestão da qualidade e indicadores de desempenho. No que se refere às práticas de sustentabilidade, Vogel e Wood Jr (2012) observaram que a maioria das empresas estudadas declara se limitar a atender a legislação em vigor, não apresentando um

posicionamento específico a respeito do assunto.

Fonseca (2020), em sua tese de Doutorado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, aponta para a continuidade da pouca preocupação das micro e pequenas empresas com as práticas de sustentabilidade nos anos 2020, afirmando que um dos desafios para a sustentabilidade nessas empresas é a definição de prioridades ou de metas de curto e longo prazo, direcionadas a uma postura baseada em sustentabilidade. Negativamente, segundo a referida autora, a falta de visão estratégica dos micro e pequenos empresários influencia na percepção dos benefícios associados às práticas sustentáveis e à avaliação da sustentabilidade empresarial.

As observações dos ALI e as consultas ao Sistema de Gestão do Programa ALI descritas neste trabalho indicam que, mesmo após mais de uma década depois da publicação de Vogel e Wood Jr (2012) e quase quatro anos da publicação da tese de Doutorado de Fonseca (2020), as práticas de sustentabilidade pelas micro e pequenas empresas continuam ficando relegadas a um segundo plano.

6. Considerações Finais

Este artigo buscou analisar a evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade, procurando apontar alguns dos principais percursos ao longo das últimas décadas, a fim de se entender a apropriação desses conceitos nas práticas das organizações, em especial, das empresas de micro e pequeno porte. Observou-se uma ampliação da compreensão de desenvolvimento do escopo estritamente econômico para um escopo multidimensional, englobando o econômico, o social, o ambiental e outras.

As micro e pequenas empresas, a partir dessas transformações, em especial, com a reestruturação organizacional e produtiva das empresas na mudança do paradigma fordista para o pós-fordista, revalorizaram sua importância econômica e social, passando a serem reconhecidas pelos agentes públicos e privados como importantes agentes no processo de desenvolvimento, em função de sua capacidade de produção de produtos e serviços e de geração de empregos.

A sustentabilidade, agora amparada pelos ODS da ONU, com os 17 objetivos e 169 indicadores, passou a fazer parte das discussões em todas as instâncias de debate sobre o desenvolvimento. As pressões da sociedade para as práticas de sustentabilidade pelas organizações, incluindo as micro e pequenas empresas, se intensificaram e passaram a se relacionar intrinsecamente com a competitividade.

No entanto, a partir da literatura analisada e das análises desenvolvidas no programa ALI no

interior do estado do Rio de Janeiro, observou-se que as práticas de sustentabilidade das micro e pequenas empresas e, em especial das atendidas no programa ALI, não são prioridade nas ações dos gestores e micro e pequenos empresários.

A partir do exposto, fica evidente que a falta de conhecimento demonstrada por muitos gestores e micro e pequenos empresários confirma que há necessidade de aprendizado sobre a temática. A atuação das empresas, incluindo as micro e pequenas, interfere de forma direta na sociedade. Os impactos ambientais causados por seus processos, produtos e serviços podem impactar a qualidade de vida das populações. Há a necessidade de atitudes imediatas. Os órgãos de apoio a essas empresas e os governos devem reforçar as ações sobre a conscientização sobre a importância das práticas de sustentabilidade, esclarecendo e aprimorando o conhecimento sobre as práticas que podem ser incorporadas à gestão das organizações e sobre os impactos na competitividade. Essas iniciativas podem fazer muita diferença para o alcance de uma sociedade mais desenvolvida e sustentável.

7. Agradecimentos

O autor agradece ao SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e a oportunidade de participar do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) como bolsista orientador, durante os anos da duração do ciclo 2022/2024.

REFERÊNCIAS

BASTOS, B; CRUZ, E.P.A; FEITOSA, I.S; COSTA, R.A.T.. **A Sustentabilidade como Fator de Competitividade nas Micro e Pequenas Empresas**: Um Projeto Competitivo Utilizando Ferramentas Sustentáveis. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas V.1, Nº2, p. 128-147, Mar./Abr.2016.

BRASIL. **Programa Brasil Mais**. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/brasilmais>. Consulta em 10/04/2024.

FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 34 | 2017, posto online no dia 11 abril 2018, consultado o 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cea/2293> ; DOI : 10.4000/cea.2293.

FONSECA. R. C. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial de boas práticas para micro e pequenas empresas: análise crítica e framework conceitual**. Tese de Doutora na Universidade Tecnológica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Curitiba. 259 p. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo destaca papel da Micro e Pequena Empresa para a economia do país. Governo Federal, 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/outubro/governo-destaca-papel-da-micro-e-pequena-empresa-para-a-economia-do-pais>. Consulta em: 05/04/2024.

ODS BRASIL. **Plataforma ODS Brasil**. ONU: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

RAIS – **Relação Anual de Informações Sociais**. <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Consulta em: 24/04/2024.

RAMOS, F. (coord.) **A Grande Dimensão da Pequena Empresa – Perspectivas de Ação**. Brasília. Ed. SEBRAE. CETESB – Centro de Ensino Tecnológico de Brasília. 1995.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.

SEBRAE. **Manual do Projeto ALI**. Brasília: SEBRAE, 2018.

SEBRAE. **Radar Projeto ALI – Agentes Locais de Inovação**. Rio de Janeiro. 2020.

SEBRAE-NA/ Dieese. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013**. Disponível em : www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Consulta em 05/04/2024.

SEBRAE. **O que é tripé da sustentabilidade e qual a sua importância para empresas**. Disponível em: <https://blog.sebraealagoas.com.br/inovacao/o-que-e-tripe-da-sustentabilidade-e-qual-a-sua-importancia-para-empresa/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Trip%C3%A9,melhor%20cada%20um%20dos%20pilares>. Consulta em 02/04/2024.

SEGENBERGER, W., LOVEMAN, G., PIORE, M. J. **The Reemergence of Small Enterprises: Industrial restructuring in industrialized countries**. Geneva: International Institute for Labor Studies. 1990.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2011.

SILVA NETO, R. **Estratégias para o aumento de competitividade sistêmica de pequenas empresas de agrupamentos potenciais de baixa tecnologia e seu impacto no desenvolvimento local**. Tese de Doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Engenharia Industrial. Rio de Janeiro. 323p. 2002.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

VOGEL, J. ; WOOD JR., T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, ISSN 2316-2058, ISSN-e 2316-2058, Vol. 1, Nº. 2, 2012 (Exemplar dedicado a: Maio - Agosto), p. 117-140.